



# CAFÉ COM SUSTENTABILIDADE

**FEBRABAN**

Edição 38 • Junho de 2014



## Água e Energia:

os impactos diretos e indiretos para o setor

# APRESENTAÇÃO

## CAROS (AS) LEITORES (AS)

Desde 2007, a FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos) realiza uma série de debates com convidados especiais conhecida como **Café com Sustentabilidade**.

“Este encontro tem papel interessante, pois tem sido um disseminador de conhecimento e de apresentações de novas ideias resultando no melhoramento do nosso entendimento e nossas ações no campo da responsabilidade socioambiental.”

Com o objetivo de discutir aspectos relevantes relacionados à responsabilidade socioambiental, seus impactos sobre os negócios e, principalmente, a sociedade, palestrantes e especialistas junto aos representantes dos bancos associados, organizações sociais e governamentais, empresas públicas e privadas, universidades, federações, consultorias, nacionais e internacionais, escritórios de advocacia e formadores de opinião trazem novos conhecimentos e promovem a reflexão crítica sobre as práticas sustentáveis. O intercâmbio de ideias dos encontros visa estruturar a união de diversos atores

e segmentos para que juntos possamos entender, cada vez mais, como lidar com as questões de sustentabilidade do meio ambiente de maneira coletiva por meio das experiências.

Essa publicação é resultado do conhecimento gerado na 38ª edição do **Café com Sustentabilidade** que aconteceu no dia 10 de junho de 2014, tratou de um assunto extremamente importante para a população, sobretudo para São Paulo: "Água e Energia: os impactos diretos e indiretos para o setor". As apresentações dos palestrantes estão disponíveis no site da FEBRABAN ([www.febraban.org.br](http://www.febraban.org.br)).

**Boa leitura!**



**Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos**  
Diretor de Relações Institucionais da **FEBRABAN**

## CRÉDITOS

### Redação

Agência Fato Relevante | boutique de comunicação

### Coordenação

Mário Sérgio Vasconcelos

### Projeto Gráfico

Felici Design Estratégico

### Fotos

Rafael Rezende

### Informações

respsocial@febraban.org.br



# ÍNDICE

Introdução	6
Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos	8
Denise Hills	10
Samuel Rolphe Barreto	12
Rachel Biderman	16
David Canassa	18
Debate	20



# INTRODUÇÃO



A atual situação de crise de abastecimento e da escassez de água – não somente no município de São Paulo, mas de modo global – tem gerado preocupações significativas e constantes tanto em âmbito empresarial como populacional, o que reflete conseqüentemente na economia do país. A intrínseca interdependência entre água e energia é cada vez mais complexa diante dos impactos das condições climáticas, que se intensificam como temos visto, alterando também o padrão de consumo da população. Entretanto, o problema da água não reside somente na sua escassez, mas também é reflexo de uma má gestão dos recursos hídricos por parte do poder político que não consegue assegurar o abastecimento em anos futuros.



Diante desse cenário alarmante, como intervir para recuperar os danos causados na esfera socioambiental e utilizar novas fontes de energias mais relevantes é o desafio que nos faz refletir sobre os novos modelos de produção de energia sustentável que serão discutidos pelos seguintes profissionais:

- David Canassa, Gerente de Sustentabilidade - Grupo Votorantim
- Rachel Biderman, Diretora do WRI Brasil - World Resources Institute
- Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos, Diretor de Relações Institucionais - FEBRABAN
- Denise Hills, Superintendente de Sustentabilidade - Itaú Unibanco
- Samuel Roiphe Barreto, Coordenador do TNC - The Nature Conservancy

# MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS, Diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN

Nosso 38º Café com Sustentabilidade tratará de um tema bastante atual e que preocupa a maioria das pessoas tanto do ponto de vista empresarial como doméstico. Este encontro tem papel interessante, pois tem sido um disseminador de conhecimento e de apresentações de novas ideias resultando no melhoramento do nosso entendimento e nossas ações no campo da responsabilidade socioambiental.

O objetivo da FEBRABAN é trazer todas as instituições financeiras desde os bancos maiores até os pequenos, as corretoras, as financeiras e todo o mercado de capital, para compartilhar essas experiências.







# DENISE HILLS,

## Superintendente de Sustentabilidade do Itaú Unibanco

A discussão que teremos com nossos convidados abrange um dos grandes desafios que é entendermos como os recursos naturais como água, energia e infraestrutura verde, entre outros, fazem parte da nossa tecnologia disponível na gestão de negócios. É muito normal que consideremos assuntos relacionados à economia ou desafios que vem pela frente no planejamento estratégico da empresa, mas raramente discutimos temas como disponibilidade de água e quais são essas relações que existem de impacto ou de compartilhamento com o meio ambiente como parte do desenho de negócios.

Cada vez mais, notamos que esse assunto é mensurado, avaliado e considerado com uma ótica um pouco diferente da tradicional e o que acontece é que somos surpreendidos nos momentos de crise, como vivemos nos últimos tempos aqui em São Paulo, por exemplo, ficando sem muita alternativa sobre o que fazer. O crescente objetivo de compartilhar o

aprendizado e os desafios é estimular que cada um de nós consiga, dentro dos nossos papéis nas instituições, mudar a ação no dia a dia, incorporando cada vez mais essas novas ideias, pois achamos que não faz parte, mas descobrimos que faz e, em geral, da pior forma e na pior hora. Portanto, a proposta com esse debate é esclarecer e direcionar os caminhos diante de alguns temas que fazem parte do conjunto de normas.

**Como bancos temos que incorporar o desafio fazendo nosso trabalho de equilibrar a economia, de transitar fluxo financeiro e de olhar que tipos de valores são considerados.**

Essas questões não conseguimos responder sozinhos e sim, coletivamente. Por isso, observar as experiências do mesmo tema sob diversos olhares é um aprendizado muito valioso.

**Água e Energia, principalmente aqui no Brasil, são assuntos muito relacionados e interdependentes na abordagem sendo difícil falar de um exclusivamente, sem citar o outro.**



"Como bancos temos que incorporar o desafio fazendo nosso trabalho de equilibrar a economia, de transitar fluxo financeiro e de olhar que tipos de valores são considerados. Essas questões não conseguimos responder sozinhos e sim, coletivamente."



# SAMUEL ROIPHE BARRETO,

## Coordenador do TNC, The Nature Conservancy

Considerando junho como o mês do meio ambiente é um privilégio debater um assunto dessa ordem. A TNC (The Nature Conservancy) é uma das maiores organizações não governamentais do mundo presente em mais de 35 países e o tema da água é uma prioridade global e faz parte na América Latina de uma plataforma para segurança hídrica, que são os "Fundos de Água". Um programa onde trabalhamos em 29 cidades e a meta é chegar a 32 localidades, sendo a região metropolitana de São Paulo, uma delas, até mesmo por ser uma das capitais de maior estresse hídrico do planeta. Há cerca de 10 anos, na mesma época em que começou o Fórum Econômico Mundial, talvez o tema ambiental e da água nem fizesse parte da agenda de discussões. Hoje, é um dos principais, especificamente nos últimos três anos (2012, 2013 e 2014). Além disso, os investidores e CEO's tem se preocupado com as questões relacionadas à água

constantemente. **Mais de 68% das empresas já identificam riscos significativos relacionados à questão de água nos negócios. No entanto, os elementos desse debate transitam na interface do risco com a oportunidade.**

**Podemos considerar que vivemos hoje um dos piores cenários de falta de água dos últimos tempos. Algumas empresas tem diminuído sua produção em função disso e outras estão quase fechando por conta desse fator, ou seja, da ausência do recurso hídrico. E**

o cenário no caso brasileiro vai se tornando crítico perante a lei das águas (Lei 9.433/97), que prescreve que em caso de conflito o abastecimento humano tem prioridade.

A questão do risco é concreta e presente e tem modificado toda a agenda empresarial internacional, que começa a ganhar força

de atuação do Brasil. O risco reputacional, difícil de ser mensurado nas avaliações e análises de crédito, é um elemento importante, assim como o risco regulatório, pois as licenças de operação de água podem ser revistas periodicamente pelo fato da escassez. E, por fim, o risco financeiro, consequência de desdobramentos dos demais riscos.

Outro ponto que vem ganhando força internacionalmente e nacionalmente é a pressão dos movimentos sociais de ONG's (Organizações Não Governamentais) relacionados à questão da reputação e os investimentos que estão sendo feitos em empreendimentos que podem trazer esse impacto negativo. Em relação ao potencial hidrelétrico geral, podemos que dizer que na Europa e na América do Norte está esgotado, mas na Ásia, na África e na América do Sul, ainda temos um potencial a ser explorado. No Brasil, ainda existe algo em torno de 60% a ser



"Podemos considerar que vivemos hoje um dos piores cenários de falta de água dos últimos tempos."

utilizado, isso sem considerar potenciais fronteiriços na Amazônia, como o Peru que tem água para oferecer e o Brasil está sedento para comprar.

O problema é que a maior parte desse potencial está na Amazônia e quem acompanha de perto sabe do risco

reputacional de Belo Monte. Normalmente não é só o investimento, mas como são considerados os critérios de licenciamento e os trâmites judiciais é que induzem o investidor a acreditar que os protocolos estão sendo cumpridos, aparentemente. Em São Paulo, a questão não é somente a escassez de chuva, pois hoje utilizamos muito mais água do que o sistema tem capacidade de armazenar. Estamos em uma região de cabeceira, de pouca disponibilidade de água, por isso existe a necessidade dos reservatórios. Além disso, a

cidade tem uma das maiores concentrações populacionais do mundo, com mais de vinte milhões de pessoas que consomem hoje mais de 4% do que o sistema tem a capacidade de reservar e, daqui a dez anos, consumirá 15% a mais. Portanto, se não conseguirmos inverter esse modelo, não teremos reservatórios o suficiente.

Acreditamos que existem ações possíveis a serem desenvolvidas em período de crise. O foco da gestão rumo à sustentabilidade é o olhar futuro da prevenção dessas situações, visto que é o risco que deve ser checado no dia a dia. Estamos aprendendo a construir esse caminho rumo à sustentabilidade que ainda é um desafio e deve ser a direção da bússola a ser perseguida.

Se não revertermos o uso de boas práticas, o cenário será dificultado na gestão de água. Nesta crise temos escutado muito pouco sobre os Comitês de Bacias Hidrográficas. A maior parte da sociedade desconhece sobre a existência desses comitês e não sabem sua função. Vemos que nessa crise esse conhecimento está passando à margem, mostrando que talvez não estejam cumprindo seu papel ou que os próprios governos não estão respeitando essa instância de gestão de recursos hídricos. Nós entendemos pela TNC que parte dessa reversão passa pela estrutura verde como resposta de segurança hídrica por meio da oferta dos serviços ambientais. Por exemplo, no sistema Cantareira houve uma perda de algo em torno de 70% da cobertura florestal original, o que impacta diretamente na qualidade e quantidade de água e percebemos isso também pela mudança de paisagem.

Nossa proposta, em termos de contribuir com a segurança hídrica, é exatamente essa combinação da infraestrutura cinza, de abastecimento de água e saneamento, com a intervenção na paisagem que se dá por meio desse incremento dos serviços ambientais. Nesse período de crise, nosso

cenário seria menos drástico se a integridade ambiental estivesse mantida juntamente com a consciência dos cidadãos em relação ao desperdício. Existe uma mobilização importante que verificamos quando consultamos o site da Sabesp que informa que a economia vem sendo algo em torno de 9 m<sup>3</sup> por segundo, o que dá para abastecer 3 milhões de pessoas.

**"O uso racional não é deixar de usar, pois associamos negativamente que a questão ambiental está agregada a algum tipo de desconforto ou perda e de fato não é. Justamente o contrário, pois a ideia é podermos utilizar a água de maneira mais inteligente."**

Conseguimos economizar, mas isso precisaria ser feito sempre, antes da crise acontecer, para que ao invés de falta, tivéssemos uma efetiva "reserva". O uso racional não é deixar de usar, pois associamos negativamente que a questão ambiental está agregada a algum tipo de desconforto ou perda e de fato não é. Justamente o contrário, pois a ideia é podermos utilizar a água de maneira mais inteligente. É importante lembrarmos que a água não vem da torneira e, sim, de uma região que tem sofrido com práticas inadequadas que refletem na falta de água efetivamente associada ao consumo exagerado. Nesse sentido, os proprietários rurais são peças fundamentais nessa concertação para implementar as soluções relacionadas à água. Pensando em São Paulo, como



a cidade que mais sofre com esses impactos, sendo a mais populosa, criou-se o movimento "Água para São Paulo", que tem como missão trazer um grande grupo de parceiros com a ideia de ter aliados, entendendo que a solução passa pelo setor privado, mas passa também pelo poder público e pela sociedade civil.

Portanto, pretende-se realizar essa ampla coalisão de atores na busca desse legado para contribuir com a segurança hídrica na região metropolitana de São Paulo ampliando a oferta dos serviços ambientais. Neste aspecto, temos uma oportunidade fantástica: temos em nosso trabalho uma plataforma que está baseada em ciência, chamada *Invest* e esse programa gera estimativas para orientar a hierarquia da onde você deve intervir, como por exemplo, na necessidade

de reflorestamento de determinadas áreas. Falamos, por exemplo, na bacia de Piracicaba, do Alto Tietê o que envolve algo em torno de quase 500 mil hectares, o equivalente a 500 campos de futebol (área muito difícil para atuação devido à sua extensão). Mas as áreas de intervenção, representam somente 3%. O número é bem pequeno considerando que teríamos como impacto a redução de 50% do aporte de sedimento que compromete por sua vez a vida útil dos reservatórios em função do assoreamento, dado bastante considerável para qualquer planilha de custo. É nessa situação que queremos ganhar escala. Uma das nossas soluções é utilizar instrumentos que realizem o mapeamento rural e o apoio das instituições financeiras direcionados a esse mecanismo a fim de fomentar esse tipo de iniciativa e até mesmo restringindo os casos inadequados.

# RACHEL BIDERMAN,

## Diretora do WRI Brasil, World Resources Institute

O WRI Brasil tem trabalhado esse tema internacionalmente e estamos fazendo a versão brasileira desse estudo de infraestrutura verde. De fato, o WRI trabalha em parceria com a TNC e estamos cada vez mais estreitando laços, visto que é fundamental unirmos esforços, pois o momento é a soma de energias e não a perda, para que encontremos as soluções. O tamanho da crise é gigantesco, portanto meu foco será abordagem das soluções. O WRI é uma organização que já existe há 30 anos nos Estados Unidos e há cinco anos o Conselho resolveu ampliar as áreas de atuação para outros países e temos presença hoje no Brasil, na China, na Índia e nos Estados Unidos como escritórios principais, e muitas parcerias mundo afora. No Brasil, China e Índia temos observado a importante troca de informações, experiências e melhores práticas entre esses países do BRIC's diante de um mundo cada vez mais pressionado pelas questões de mudanças climáticas e de alimentos. Revisitamos nossa estratégia e identificamos como temas principais clima, energia,

alimentos, florestas, água, cidades e transportes (simplesmente os maiores problemas ambientais e de desenvolvimento sustentável), e temos três temas transversais que é governança, finanças e negócios que estão intercalados nessa matriz. No Brasil, esse é o primeiro ano de instalação organizacional e formação de equipe e elegemos como um dos temas: florestas na interface com clima e água, o qual será citado hoje. O quanto as mudanças climáticas vão afetar a água já é bastante claro diante da disponibilidade e quantidade de água. Diferentes relatórios ao longo dos anos vêm mostrando que quanto mais a gente caminha no limiar da crise climática, mas a gente impacta na água. E as mudanças climáticas nesse cenário são complicadores agravantes para essa escassez. Isso gera impacto sobre agricultura, uso doméstico e geração de energia, principalmente num país como o Brasil, que o risco para quem investe nessa área fica cada vez maior. O WRI desenvolve mapeamentos sobre estresse hídrico usando o Aqueduct e sobre degradação



usando o GFW. Com esses estudos é possível ter uma ideia do quanto estamos caminhando para uma zona de risco. No caso do Brasil, sabemos que 85% da população vive em cidades, que cada vez é maior a população e os nossos riscos estão de médio a extremamente altos em relação à disponibilidade de água.

Como enfrentaremos isso?

A estimativa é que entre 2015 e 2030, cerca de \$10 trilhões devem ser investidos em infraestrutura e o que a gente defende, na mesma linha da TNC, é a importância do investimento em infraestrutura verde. O custo é muito menor se deixarmos a natureza agir e recompor o que não existe mais, garantindo a produção de água em volume e quantidade adequados. Historicamente, o investimento tem sido em infraestrutura cinza, que é muito mais cara. Qual seria a solução?

O fundamental é repensarmos o investimento que fazemos em energia fóssil que é energia do passado, vemos que em muitos países o crescimento de energia eólica e solar está crescendo exponencialmente se comparado com as outras energias. Ainda precisamos do petróleo ou das energias fósseis como energia de transição, no Brasil ainda não acordamos para isso. O pré-sal é um exemplo ruim disso que mostra um país na contramão da revolução energética.

O grau de dependência das fontes hídricas para energia elétrica é outro fator de risco e que tem que ser muito bem avaliado. A exploração de energia eólica, fotovoltaica e de biomassa em grande escala já é uma realidade em vários países e regiões, como Califórnia e Texas. Para a produção de hidro energia precisamos das florestas e áreas úmidas, que prestam serviços ambientais amplos, que permitem garantir atividades de que a humanidade depende.

Uma das oportunidades é usar a lei florestal, como foi o grande argumento no processo de negociação no Congresso, para estimular uma nova economia verde que possa nos tirar do lugar onde estamos e gerar bons negócios. O fato é que se as instituições não trabalharem juntas passa demandar outras leis do Congresso Nacional, não daremos conta desse desafio. A escala é outra grande questão, pois quando falamos dos números da escassez



hídrica, não podemos ser pouco ambiciosos, precisamos de milhares de exemplos de bons casos. O mundo autocentrado do ser humano que vivia só pensando no seu bolso, não é mais cabível, precisamos de um trabalho coletivo forte. Uma consideração final é que estamos vivendo hoje no Brasil uma regulamentação em relação à implementação de código florestal que prevê a obrigatoriedade de restauração e recomposição de áreas de preservação permanente. Muitos produtores rurais deverão comprometer-se em restaurar áreas degradadas e vegetação nativa. Isso também pode ser visto como uma oportunidade de negócio e um novo mercado verde de compra e venda de títulos surgirá, movimentando a economia verde. Novos empregos serão gerados na produção agropecuária e na cadeia da restauração. Tudo isso combinado, aumenta quantidade e qualidade de alimentos e água e de empregos verdes. É a economia da restauração que finalmente poderá ganhar escala no Brasil. Um dos desafios da WRI e seus parceiros é restaurar 150 milhões de hectares no planeta até 2020.



# David Canassa, Gerente de Sustentabilidade do Grupo Votorantim

Como o tema nos afeta como cidadãos, eu pesquisei algumas informações públicas para entender e explicar algumas questões. Em 2001 tivemos a crise energética (quando foi decretado o racionamento no consumo da eletricidade) e ele foi muito positivo para aprendermos a trabalhar com situações de crise. Todo ano sai na ONS (Operador Nacional do Sistema) um documento chamado “Curvas Anuais de Aversão ao Risco” que indica o nível esperado dos reservatórios e a energia prevista à ser produzida. Se um banco quer saber se uma empresa está gerenciando bem seu contrato de energia, vale à pena verificar esses dados e comparar com seus contratos de compra de energia. É importante notar como o Brasil é um país muito interessante no quesito de transposição de águas via energia elétrica. É um país único, que cria uma defesa energética poderosa onde as fontes hídricas abastecem todo o território nacional. Hoje temos um sistema robusto que nos supre, mas infelizmente nos últimos anos, as usinas hidrelétricas passaram por um processo de

depreciação institucional quando se fala em reputação. Temos hoje uma situação peculiar onde a energia elétrica produzida vem de fonte limpa, temos ainda um potencial enorme de geração hídrica inexplorado, mas a falta de diálogo entre as partes sobre o que é necessário para o país se desenvolver está nos denegrindo enquanto bons operadores elétricos e reduzindo a nossa possibilidade de continuarmos como geradores de energia limpa.

**A discussão que temos que ter como sociedade em primeiro lugar é a de que o governo tem que pensar no bem comum, ou seja, o bem da população em geral, e os impactos locais tem que ser mitigados e compensados.**

**As construções das usinas hidrelétricas estão sendo mal gerenciadas no ponto de vista de relacionamento e um benefício está sendo visto como malefício.**

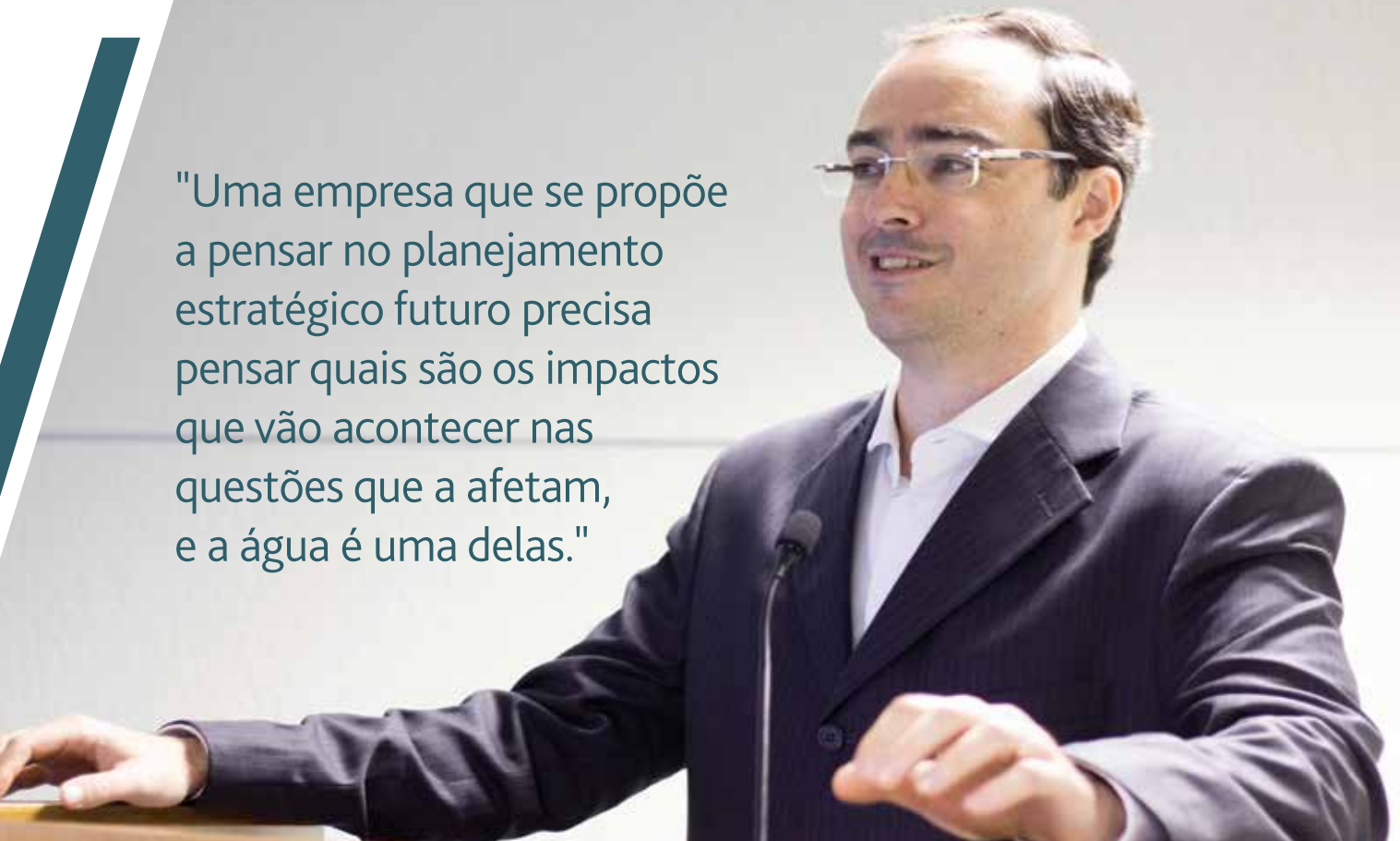
Estamos vivendo um momento de classe média emergente que vai demandar muito, inclusive o mínimo, que é abrir uma torneira e ter água, lembrando que nem todos tem essa oportunidade

atualmente. Cidades com cinco ou dez mil habitantes existem e são a maioria, e a realidade não são as grandes capitais como São Paulo, e mesmo nas grandes cidades não temos um bom gerenciamento hídrico, visto que temos 40% de perda hídrica justamente em São Paulo, que tem as melhores empresas de abastecimento e a melhor educação.

**Uma empresa que se propõe a pensar no planejamento estratégico futuro precisa pensar quais são os impactos que vão acontecer nas questões que a afetam, e a água é uma delas.** Um bom planejamento acontece quando se coloca como meta a não dependência externa desse componente. Uma maneira simples de começar é fechar o circuito e recircular a água internamente, de maneira sustentável. Se o caso for depender de água nova, o ideal é armazenar água das chuvas, etc.

Um dos exemplos de conservação e preservação socioambiental relacionado às águas do Grupo Votorantim é o Legado das Águas – Reserva de Votorantim ([www.legadodasaguas.com.br](http://www.legadodasaguas.com.br)). Há mais de 50 anos, entendemos que essa água localizada na região de do Vale do Ribeira (sul do Estado de São Paulo) poderia suprir parte da nossa demanda energética, e se não existissem as sete hidrelétricas, a mata atlântica da região não seria preservada da forma como está hoje.

"Uma empresa que se propõe a pensar no planejamento estratégico futuro precisa pensar quais são os impactos que vão acontecer nas questões que a afetam, e a água é uma delas."



A floresta "segura" a água quando chove, o que gera uma "reserva natural", visto que a água é devolvida pela própria floresta. Além disso, esse manancial é um dos que menos perde água no estado de São Paulo.

Outro viés é que esses desafios colocados nos levam a seguinte situação: para um banco, quando falamos em práticas inovadoras de atuação, a tradução para seus profissionais é: maior risco, ou seja, maior custo no crédito. Então, temos um paradoxo onde a busca por uma prática

diferenciada e sustentável se torna proibitiva devido ao custo! Justamente essas práticas que deveriam ter linhas de crédito mais baratas para que fossem incentivadas por meio de um acesso facilitado e garantias simplificadas. O governo tem grande parcela a fazer criando um ambiente competitivo institucional propício e nós como indústria e banco precisamos entender o contexto para sua facilitação, porque há oportunidades que não estão sendo aproveitadas por falta de ousadia de nossa parte.

# O DEBATE

Maria Eugênia Sosa Taborba, Itaú-Unibanco:

Gostaria de saber a opinião de vocês em relação ao desperdício?

## Samuel Roiphe Barreto:

A média que se perde, no Brasil, são 40%, que se fizéssemos uma analogia com a produção de uma empresa ela jamais aceitaria essa perda. Algumas regiões perdem 70%. Aqui em São Paulo, o dado oficial é algo em torno de 25%, via dois tipos de desvio, um físico e outro por roubo de rede. Nas periferias, as pessoas precisam de água. O mais difícil de combater não são as perdas superficiais, que são a ponta do “iceberg”, mas sim os das tubulações e os vazamentos mais profundos e que não enxergamos. Aceitamos no Brasil, uma série de desperdícios. Além disso, implica num custo elevado e em uma situação crítica hídrica não só para o abastecimento, mas para diversos usos da água. Antigamente o recurso colocado em investimento era comemorado para quem é da área, hoje ninguém mais comemora recurso destinado, pois há uma dificuldade em implementação e operacionalização. Então, a capacitação desse processo de governança é fundamental.

## Denise Hills:

Acredito que essa capacitação ande junto com a cultura e a conscientização das pessoas, porque a mesma pessoa que aceita o desperdício de 20% é a mesma que lava a rua, etc.



Lucas Moraes Teixeira Salgado, SITAWI:

Vocês tem a informação de quanto que a indústria e a agricultura representam no consumo de água? E o que vocês enxergam para os bancos não somente como atores diretos de patrocinar alguns projetos, mas também relacionado às políticas, requerimentos e parâmetros que podem utilizar para financiar e emprestar projetos de água e energia?



**Samuel Roiphe Barreto:**

Em média no Brasil, 70% do uso da água vai para agricultura, 20% para a indústria e 10% para abastecimento. Isso é uma média não só brasileira, mas global. Particularmente, minha leitura sobre isso é que não é o mais importante o quanto cada um usa, a questão é como você está usando e se esse uso é sustentável. Se há uma interpretação de gestão por bacia hidrográfica, ou seja, o quanto tem disponível, o quando é possível utilizar e o que temos que conservar, estaremos usando esse recurso de forma inteligente. O importante, talvez, seja sair do instrumento de comando e controle, pois, você pode fazer a lição de casa maravilhosamente bem e o teu vizinho não e vocês podem ser afetados por isso. Portanto, o olhar deve ser sobre a sustentabilidade da bacia hidrográfica no longo prazo para qualquer tipo de uso, inclusive para a conservação dos sistemas de água doce.

**David Canassa:**

No caso da grande indústria, temos que ter o controle sobre o que captamos e o que devolvemos, pois é reportado diretamente aos órgãos ambientais competentes. E a devolução tem que ser no mesmo padrão de qualidade que você utilizou, e falo das grandes empresas, visto que as pequenas, muitas vezes, estão lutando para sobreviver e, justamente, essa é que precisa do financiamento. Surge daí um dilema, porque quando a pessoa pede um financiamento, pensando em parâmetros do IFC, por exemplo, seria necessário um apoio, uma qualificação técnica para que esse empresário, empreendedor, agricultor, etc., entenda o que tem que ser feito. Ou seja, esse apoio precisa ser feito ainda na fase do projeto para que o ajude na forma de ter acesso ao crédito.

### Denise Hills:

Acho que a gente vê duas oportunidades: a primeira, por exemplo, é que a gente expandiu algumas dessas lógicas que são utilizadas para as grandes empresas, também para segmentos que precisam de linha de crédito de até R\$5 milhões, tentando incorporar essas questões do ponto de vista de risco e oportunidade. Outra forma de financiar está relacionada aos fornecedores, como uma forma de saber quem serão os parceiros que irá trabalhar, principalmente incentivando a participação dessas práticas. O segundo desafio também é mudar um pouco o meio para o problema ser solucionado, ao invés do crédito ser suspenso, deve se pensar nas soluções alternativas, como a eco eficiência, por exemplo, que é uma prática muito simples, comum. Assim, capacitamos fornecedores e clientes para usar essas questões. Só queria frisar, que a discussão aqui não é um problema novo, a gente sabe que muitas ações tem que ser incorporadas, mas discutimos a velocidade dessas ações. Acreditamos que deveríamos ir mais rápido, mas não temos ainda conhecimento total das questões legais, etc. É toda uma articulação que precisa ser feita e o trabalho de momentos como esse é batalhar para que vários atores consigam entender o seu papel e atuarem em conjunto por um ideal comum. E, a contribuição dos bancos, a meu ver, é que caminhamos bastante em relação ao risco, mas ainda temos uma dificuldade em caminarmos na oportunidade. O desafio é desenvolver a oportunidade e o “novo” precisa ser mais incorporado com visão do impacto além do óbvio.

### Rachel Biderman:

Eu vejo a Febraban, por exemplo, como um enorme poder convocatório no Brasil, além de outras organizações e associações corporativas de peso, que representam a elite pensante ou que estão sustentando a economia e o Brasil, nesse lugar no mundo. Vivemos uma gigantesca crise política, inclusive de corrupção, o que nos leva à conclusão que temos um recurso tamanho. Mas saindo deste âmbito político, o que gostaríamos de ver mais por parte do governo são iniciativas de realizações de discussões como essa, que nos orgulha. Esse tipo de protagonismo que vivemos quando um banco brasileiro se destaca no mundo com práticas de sustentabilidade não tem preço. Estamos exercendo isso na esfera da economia, mas não em esfera pública. Em ano eleitoral, precisamos nos posicionar, inclusive os bancos que tem poder convocatório incomparável com os outros setores. Outra questão: onde está a sustentabilidade nessas discussões eleitorais? Os alertas, como os demandados do Comitê de Bacias ao governo acontecem há mais de uma década, mas não são ouvidos. Se fossem, possivelmente, não estaríamos nessa crise. Precisamos fazer as instituições valerem mais como atores. Além disso, o poder judiciário não está dando conta, o que afirma essa crise da democracia da sustentabilidade e como todas as crises, estão repletas de oportunidades.

**David Canassa:**

Eu queria só reforçar esse papel dos bancos que a Rachel colocou. De fato, uma grande empresa hoje presta muito atenção no que os bancos pedem. Então, quando se cria um padrão solicitando melhorias na gestão interna das empresas, isso acontece. E isso nos dá muito conforto, pois garante a médio e a longo prazo o que tem que ser feito. Quando fazemos o planejamento estratégico de cinco anos, por exemplo, o primeiro ano é o ano do orçamento e, havendo regras claras, o dinheiro estará lá e as coisas acontecem. Numa empresa, as pessoas mudam, pois existe o "turnover". Ainda assim, o engajamento nas práticas é transmitido pela cultura interna quando alguém novo chega. Portanto, é necessário que existam pesos e contrapesos dentro de "casa" para que as adaptações aconteçam. O impasse é quando isso acontece na pequena e média empresa, precisamos criar incentivos para que o dinamismo econômico volte. E sobre o ambiente político, estive na Colômbia recentemente. E o que mais me chamou a atenção conversando com um taxista, foi o fato de saber que eles estão batalhando para acabar com a reeleição, porque entenderam que isso atrapalha o processo de um país que está crescendo. São necessárias mudanças constantes e precisamos entender e refletir isso na política de nosso país.



CAFÉ COM  
SUSTENTABILIDADE  
**FEBRABAN**

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS  
AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1.485, 15º ANDAR | CEP 01452-921 | SÃO PAULO | SP

[WWW.FEBRABAN.ORG.BR](http://WWW.FEBRABAN.ORG.BR)